

O sistema de C&T no Brasil e a cooperação internacional: notas sobre a experiência Capes/Cofecub

* Doutor em Sociologia pela Université de Picardie, Amiens, França. Professor Titular da Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Sociologia. Pesquisador do CNPq. Campus Universitário Darcy Ribeiro, ICC Norte, 70.000-000 Brasília-DF. bnunes@unb.br

Brasilmar Ferreira Nunes*

*Precisamos descobrir o Brasil
Escondido atrás das florestas...
Precisamos educar o Brasil
Compraremos professores e livros,
Assimilaremos finas culturas,
Abriremos dancings e
subvencionaremos as elites.*
Carlos Drummond

Resumo

A recuperação da experiência do Acordo entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e o Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (Capes/Cofecub) a partir de algumas premissas é o objetivo do presente texto. Inicialmente, iremos procurar situar a cooperação internacional em ciência e tecnologia feita a partir do Estado, dentro de uma lógica mais ampla de consolidação da universidade e da comunidade científica no Brasil. Um objetivo ambicioso, mas que deve ser entendido nos quadros de um artigo, portanto com aspectos não necessariamente tratados com a devida profundidade. Em seguida, uma espécie de testemunho pessoal da vivência como bolsista desse Acordo nos seus primeiros anos de funcionamento, num momento particular da vida política do Brasil e das inquietações que povoavam corações e mentes dos jovens docentes dos nossos então recentes programas de pós-graduação. Nosso intuito é mostrar e discernir a importância da cooperação científica internacional para a consolidação das nossas instituições universitárias. A experiência de estrangeiro é, principalmente para os pesquisadores nas ciências sociais, um privilégio: consolida identidades e promove maior autonomia na produção do conhecimento. Ela garante de forma ambivalente maior distanciamento daquilo que é produzido no exterior e funciona como um filtro seletivo daquilo que nos é útil e adequado para compreendermos nós mesmos, numa clara evidência da necessidade permanente de interlocução entre pares.

Palavras-chave: Comunidade científica. Sistema de Ciência e Tecnologia. Política científica.

The Science and Technology System in Brazil and International Cooperation: notes about the Capes/Cofecub experience

Abstract

The objective of the present text is to relate the experience of the Capes/Cofecub accord, based on some basic premises. We begin by situating state-based international cooperation in science and technology within a wider logic of consolidating the university and the scientific community in Brazil. The objective is ambitious, but it must be understood in the context of an article, which means that certain aspects are not always treated with the necessary depth. Next, a personal testament is provided of life as a fellow of the Accord during its initial years, at a special moment in the political life of Brazil, and of the doubts that fill the hearts and minds of the young professors of our then recent programs for graduate study. Our intent is to reveal the importance of international scientific cooperation for the consolidation of our university institutions. The experience of being a foreigner is a privilege, especially for researchers in the social sciences, because it consolidates identities and promotes greater autonomy in the production of knowledge. It guarantees, in ambivalent form, greater distance from that which is produced in other countries and functions as a selective filter for that which is useful and adequate for understanding ourselves, thereby constituting clear evidence of the permanent need for interlocution between peers.

Keywords: Scientific community. System of Science and Technology. Scientific policy

PARTE UM

Os primórdios do sistema nacional de ciência e tecnologia (sistema de C&T) no Brasil devem ser procurados na primeira metade do século XX, quando, após a conhecida e polêmica “Semana de Arte Moderna de 22”, que aconteceu na cidade de São Paulo, um certo espírito nacional toma força junto a correntes intelectuais paulistas. Na origem desse acontecimento há uma ebulição intelectual que vinha questionando algumas lógicas socioculturais no País; especialmente a forte influência estrangeira junto à nossa produção cultural mais erudita. As elites paulistas, na procura de uma afirmação autóctone, se lançam em diversas manifestações artísticas que procuravam valorizar a produção brasileira. Artes plásticas, literatura, teatro dentre outras são motivo de eventos que movimentaram a então provinciana capital paulista¹.

¹ Não há nenhum propósito em nomear de “provinciano” o contexto cultural de São Paulo da época. Como veremos adiante, tratava-se de um grupo de pessoas que, apesar de articuladas com o exterior, não representavam uma síntese das inquietações sobre a identidade da nação que ocorriam em outras Regiões do país. Os ambientes culturais do Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Manaus, além de outros menos conhecidos tinham autonomia do que ocorria em São Paulo. Ver, por exemplo, Sirlei Silveira (1999).

² A partir do século XVIII, alguns brasileiros, em ruptura com a tradição portuguesa, preferem ir estudar em Paris a estudar em Coimbra. Paris é então um mito para os poetas, escritores e pintores do mundo todo. Esse fenômeno vai se acentuar cada vez mais durante o século XIX, e ir para Paris torna-se uma necessidade para todo intelectual brasileiro. Ver, por exemplo, Marie-Jo Ferreira.

³ Freyre é percebido como o pensador da vida privada cotidiana do brasileiro, arauto da democracia racial que caracterizaria a sociedade brasileira. De sua obra, a principal referência é *Casa Grande e Senzala* em suas inúmeras edições.

Cabe lembrar que estivemos desde a época colonial voltados para o estrangeiro europeu, símbolo de civilização, até a década de 1930, a imagem de padrão de modernidade era a França². Não é fora de propósito lembrar que a ocupação do território brasileiro se fez sempre nas bordas do litoral (indo, a grosso modo, do Rio de Janeiro até Recife), numa faixa de aproximadamente cem quilômetros, ficando o restante de nosso interior completamente alheio aos movimentos que aconteciam naquela faixa litorânea. Talvez o mais primoroso exemplo desta hegemonia territorial, econômica e social da faixa atlântica possa ser encontrado na obra de Gilberto Freyre que, descrevendo e refletindo sobre as relações sociais na Zona da Mata nordestina da época, escreve uma obra que passou a ser encarada por inúmeros intelectuais posteriores como a síntese da cultura brasileira³. Mesmo *Os Sertões* de Euclides da Cunha, apesar da enorme repercussão que teve, justamente porque falava de forma erudita e respeitosa sobre um outro território nacional, não consegue diversificar a imagem do Brasil até recentemente predominante.

Ao mesmo tempo, a economia nacional foi até os anos 30 do século XX basicamente voltada para a produção primária que arregimentava recursos via exportação, para alimentar o consumo de bens manufaturados e de luxo da elite no País. Nos termos de Francisco de Oliveira (1978), formávamos uma economia nacional constituída por várias economias regionais com pouca integração interna. Estaria aí uma possível hipótese sobre o caráter regional da “Semana de 22”, mas que, em acontecendo no centro da economia de então – São Paulo e o café – causa um impacto que irá se expandir para outras áreas do País, apesar dos regionalismos deste período. A cultura, enquanto campo de ação política, se firma a ponto de Alfredo Bosi (1986) considerar que o Modernismo brasileiro “...representou uma crítica global às estruturas mentais das velhas gerações e um esforço de penetrar mais fundo na realidade brasileira”.

Da mesma forma, e por aquilo que nos interessa mais de perto, a dinâmica de mundialização das práticas produtivas vai, também, incorporando os espaços já consolidados, em um processo em que um dos mecanismos privilegiados é a difusão científica e tecnológica. Assim, posteriormente, nos anos 1930, quando a atividade industrial começa a despontar como o novo eixo da acumulação do capital no País, é também em São Paulo que ela irá primeiro se consolidar. Lembremos que em sendo um país periférico na ordem econômica mundial, fomos inseridos na lógica da modernidade industrial tardiamente e esta inserção se fez por meio de vínculos subordinados aos interesses exógenos. Em nível interno, isso se dá por meio do pólo paulista que, ampliando o mercado para os produtos industriais ali produzidos, termina por integrar a economia nacional: de uma economia nacional formada por várias economias

regionais passamos a uma economia nacional comandada por São Paulo. A consolidação do eixo da acumulação de riquezas em São Paulo irá determinar a importância que a cidade adquire na produção científica e tecnológica nacional.

O fato é que, a partir do pós-guerra, o País se abre cada vez mais a uma diversidade de influências ocidentais na economia e na sua cultura, gerando uma sociedade híbrida com um pólo “moderno” articulado internacionalmente, e um outro “tradicional” cuja dinâmica é, sobretudo, endógena. A lógica dessa dualidade está no fato de que nossas elites intelectuais estiveram sempre intimamente articuladas com seus pares externos: isso se dava tanto nas esferas do consumo quanto da produção do conhecimento. Especialmente nesse caso, podemos considerar que, quanto menor o número de pessoas envolvidas em certas atividades produtoras do conhecimento numa determinada sociedade, maior é o intercâmbio estabelecido com pessoas envolvidas em atividades similares no estrangeiro. Em se tratando da época de uma sociedade constituída por um baixíssimo grau de escolarização de sua população, os interesses dos grupos de elite se concretizavam, sobretudo, pelos vínculos com o exterior. Como tentaremos demonstrar mais à frente, o inverso também pode ser considerado plausível, pois com a ampliação da comunidade científica endógena as interlocuções se ampliam internamente e produzem uma espécie de filtro com os possíveis pares estrangeiros.

Essa curta explanação da lógica de nossa sociedade e economia na primeira metade do século passado nos serve como base para entendermos a dinâmica da consolidação do sistema de ciência e tecnologia que se implantará no País a partir daquele momento. Assim, podemos agregar, além da “Semana de 22”, dois outros marcos institucionais que estão na origem da consolidação do nosso sistema de C&T: a criação da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e a da Universidade de São Paulo (USP) na capital paulista⁴. Paulatinamente novas instituições acadêmicas e de pesquisa se instalam no território brasileiro, mas sendo a nossa economia altamente concentrada na Região Sudeste do País, é nela que o processo de consolidação da pesquisa também vai se manifestar com mais ênfase.

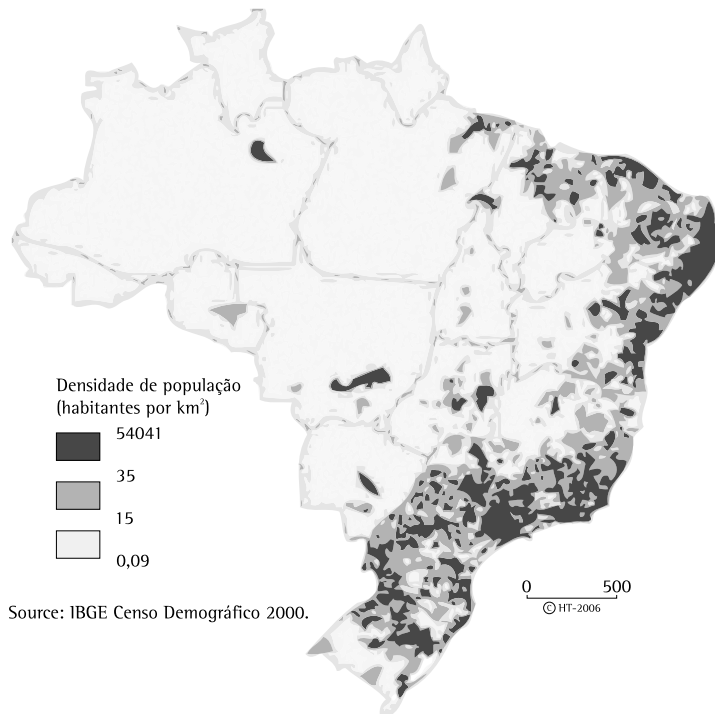
Entretanto, esse processo, visto enquanto processo social, se insere em um contexto pleno de contradições e crises. Destaca-se, sobretudo, a contradição nas orientações da política estatal em relação às expectativas do conjunto da sociedade, especialmente a embrionária comunidade científica: para um nacionalismo do projeto de desenvolvimento científico tecnológico, apresentava-se um internacionalismo do projeto de desenvolvimento econômico. Essa ambivalência vai se evidenciar no governo de Juscelino Kubitschek na segunda metade dos anos 1950 e no seu programa de “50 anos em 5”: enfatiza-se um processo sistemático

⁴ De fato, existiam em São Paulo e no Rio de Janeiro, experiências isoladas de instituições acadêmicas, especialmente nas ciências humanas. A criação da USP, apoiada por elites econômicas paulistas, nos moldes das elites norte-americanas, é um marco referencial. Ela vai buscar no estrangeiro jovens intelectuais para compor seus quadros docentes. Vários deles, a partir de pesquisas feitas no Brasil, se tomarão mais tarde grandes nomes da ciência nos seus países de origem e mesmo mundiais.

de modernização da economia brasileira por meio, sobretudo, da presença dos capitais industriais internacionais.

O impacto do governo JK na sociedade pode ser constatado na consolidação da classe operária e da classe média, ambas aparecendo no centro de um intenso processo de urbanização, produto da industrialização. Seus efeitos se farão sentir nas décadas subseqüentes quando a indústria se torna complexa, o nosso padrão de urbanização se expressa na metropolização e com a interiorização da sociedade que se amplia, especialmente, com a construção de Brasília. De fato, é apenas na segunda metade do século XX, ou seja, quase cinco séculos após a chegada dos portugueses, que a dinâmica territorial do Brasil rompe com o padrão “pata de caranguejo”⁵ característico do modelo colonial. Embora hoje não estejamos ainda completamente interiorizados, não restam dúvidas de que o processo caminha a passos largos, pois estamos inseridos na lógica da globalização sempre com importante papel de exportadores de produtos agropecuários. O mapa a seguir mostra a atual distribuição da população pelo território brasileiro, evidenciando que relativamente pouca coisa mudou em comparação com os séculos anteriores: continuamos ainda olhando para o mar e deixando o interior em segundo plano.

⁵ A expressão é de Frei Vicente do Salvador (1931, p.19).



Fonte: THÉRY, Hervé. *Política Nacional de Ordenamento do Território*. Brasília: UnB/CDS/PNOT, 2006.

PARTE DOIS

Quando se fala em sistema de C&T, estamos nos referindo a um conjunto de instituições e pesquisadores envolvidos com a produção do conhecimento, seja na esfera pública seja na privada. No Brasil, por razões históricas, a ciência e a tecnologia que se produz de forma sistemática, sobretudo a partir da criação das duas universidades na Região Sudeste na primeira metade do século XX, foram basicamente resultado de iniciativas do Estado. O marco referencial desse sistema é a criação do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq (atual Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) logo após a Segunda Guerra Mundial quando então a energia atômica entra em cena como uma questão estratégica para a autonomia nacional⁶.

Em razão disso, para compreendermos esse sistema pressupõe-se o conhecimento dos processos políticos aqui ocorridos, e especialmente, as forças que ocupam o Estado dando-lhe um perfil mais objetivo. Em outras palavras, estamos considerando que o regime político que expõe as tendências da política estatal é que determinará, nos diferentes momentos históricos, os rumos que a pesquisa tomará no País. Não iremos detalhar esse aspecto neste momento, porém vale lembrar que a política como prática social é um conjunto de processos que se retroalimentam dando coerência a situações aparentemente contraditórias. Portanto, sem querer apagar os momentos negros vividos durante a ditadura militar a partir de 1964, paradoxalmente o regime militar deu espaço aos intelectuais e artistas de oposição⁷. A ideologia expressa de segurança nacional teve em uma de suas vertentes um esforço modernizador que a ditadura implementa, timidamente no início e mais ousadamente nos anos seguintes, especialmente nas áreas de comunicação e cultura⁸.

A sociedade brasileira vivia naquele momento processos aparentemente contraditórios: de um lado, a rápida modernização do parque industrial urbano e de outro, um ambiente cultural que se alimentava das disputas ideológicas da *Guerra Fria*, que no Brasil tinha na esquerda intelectual os mentores da proposta de “uma nova sociedade para um novo homem”. Uma rápida vista nas produções marcantes na esfera cultural da época mostra o descompasso entre um capitalismo que avançava rapidamente pela economia e pela sociedade e um discurso da intelectualidade que negava continuamente os rumos que se anunciavam. São exemplos no âmbito das artes: o indígena exaltado no romance *Quarup*, de Antonio Callado (1967); a comunidade negra celebrada por Carlos Diegues no filme *Ganga Zumba* (1963); a peça *Arena conta Zumbi*, de Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri (1965); os camponeses no filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha (1963). Como argumenta Ridenti (2003, p. 198), “é a isso, em linhas gerais, que se pode chamar de romantismo revolucionário brasileiro do

⁶ Para o histórico da criação do CNPq sugerimos o trabalho de Sarita Albqgli, *Ciência e Estado no Brasil Moderno: um estudo sobre o CNPq* (Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, 1988).

⁷ Não se negam a censura e a perseguição a intelectuais na época, muitos sendo obrigados a se exilarem no estrangeiro. Entretanto, muitos docentes e pesquisadores que aqui ficaram, atuaram contra a ordem estabelecida, muitas vezes sob fortes pressões e controle de suas atividades, arriscando a própria vida.

⁸ A este respeito, recomendo o texto de Marcelo Ridenti (2003, p. 197-212).

período, sem nenhuma conotação pejorativa”: o modelo para o *homem novo* estava no passado, na idealização de um autêntico homem do *povo*, com raízes rurais, do interior, supostamente não contaminado pela modernidade urbana capitalista.

Ao mesmo tempo, a internacionalização do parque industrial paulista e o apoio do Estado que também se envolve diretamente na produção por meio dos investimentos na indústria de base e na oferta de infra-estrutura, vão formar com o capital nacional o famoso tripé da economia brasileira. Particularmente, no que nos interessa, a ciência no Brasil permanece numa posição subordinada, sobretudo porque a relação das universidades com as empresas era nesse momento vista com reservas. De um lado, parte da tecnologia utilizada na indústria já vinha pronta dos países centrais, sedes dos grupos industriais aqui instalados; de outro, o próprio nacionalismo que impregnava a então comunidade universitária não favoreceria a articulação universidade-empresa numa relação orgânica de retroalimentação, de resto uma restrição que assistimos ainda hoje, apesar de avanços já perceptíveis⁹.

⁹ A presença do capital estrangeiro na indústria naquele momento pré-globalização era visto pela intelectualidade de esquerda como pernicioso. Agrega-se ainda o pensamento sustentado teoricamente pela produção intelectual da Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe –, que desenvolve uma teoria sobre o subdesenvolvimento no continente mostrando como as exportações primárias e as importações de manufaturados nos prejudicavam no longo prazo. Ver, por exemplo, *El pensamiento de la Cepal* (Santiago, Chile, Editorial Universitária, 1969).

Ridente (2003) nos lembra de como a participação do Estado na esfera da produção entra também na esfera simbólica, criando a infra-estrutura para o desenvolvimento da indústria cultural: Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme), o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional de Teatro, a Fundação Nacional de Arte (Funarte), o Conselho Federal de Cultura. O chamado *tripé* da economia está presente também nessa esfera: as grandes redes de TV com programação em âmbito nacional, as indústrias fonográficas e editorial, publicidade etc. Amplia-se o mercado de trabalho para os intelectuais e artistas com o assalariamento se estendendo para setores até então “sagrados” (poetas, músicos, atores, artistas plásticos), além de sociólogos, psicólogos etc. Fredric Jameson (1994) explica esse processo quando considera que a esfera cultural e artística, totalmente envolvida pela mercantilização, deixou paulatinamente de ser um campo a parte dentro da vida social.

Não se pode tampouco esquecer que esse amplo processo de modernização da estrutura produtiva e sua ampliação para setores até então secundários na acumulação traz, no seu bojo, a aceleração do processo de urbanização e a demanda por melhor capacitação dos assalariados para a produção. Assim, a universidade brasileira atua como instituição formadora de pessoal para as atividades que eram direta ou indiretamente demandadas pela indústria, mesmo se, com exceção de algumas áreas de atuação, ela se mostrasse descolada da atividade produtiva nas suas atividades de pesquisa.

O efeito é que se consolida um processo, iniciado sobretudo a partir dos anos 1950, de clara explicitação da necessidade de

ciência e tecnologia, pois a economia e a sociedade cada vez mais se tornavam complexas. As instituições universitárias públicas paulatinamente se implantam em todas as regiões, diversificando o perfil do acadêmico brasileiro, até então restrito ao padrão paulista, especificamente “uspiano”, rapidamente transformado no modelo de excelência acadêmica.

PARTE TRÊS

Não se tinha naquele tempo um corpo de acadêmicos com elevada qualificação e titulação, afora as escolas de São Paulo e do Rio de Janeiro. O nosso sistema de pós-graduação era praticamente inexistente, e a carreira universitária se assentava no sistema seletivo de cátedras, restrito a poucos. Também o alcance de uma titulação que ultrapassasse a graduação era difícil e restrita, tornando um privilégio de poucos, em geral oriundos das elites tradicionais.

O golpe político em 1964 coloca os militares no poder e vai, em pouco tempo, além de diferentes medidas, dar início a mudanças no sistema universitário e nas condições de nossa produção científica e tecnológica. Para darmos conta dessa profunda transformação que significou a ampliação de nosso sistema universitário basta olharmos a efervescência cultural que eclode na época e que oferece o caldo de cultura que vai alimentar o cinema novo, a música, o teatro, além, é claro, a própria política como atividade rotineira de jovens universitários¹⁰. A passagem para essa sociedade industrial, politicamente repressora, produz fenômenos tais como o tropicalismo na música, cujas letras são evidentes sinais de jovens interioranos, deslumbrados com a cidade grande que, pelos estímulos externos, se transformava e influenciava nos comportamentos, na cultura, nos valores: as “Carmem Miranda, dada...”, as “Ipanema, mama...”, as “iracema, mamama...” tudo isso na “avenida Presidente Vargas...” ou sob os “urubus sobre os girassóis no Planalto Central...” são signos de um espanto com o moderno que chegava, sem ultrapassar o arcaico. Nossa dualidade se firmava, mesmo se agora com uma visão crítica, antropofágica que não consegue sair do círculo vicioso histórico de um subdesenvolvimento crônico¹¹.

Nesse contexto de efervescência cultural, o governo militar, baseado na doutrina de segurança nacional, incorpora as teses da autonomia científica e tecnológica, paralelamente a uma estratégia de indução da entrada de capitais estrangeiros na produção aliada ao fortalecimento das estatais; há aqui a incorporação da estratégia militar ao modelo de desenvolvimento científico e tecnológico: o esforço se concentrará em setores específicos, dentre os quais alguns se destacarão, inclusive no cenário internacional, como, por exemplo, a indústria bélica (armamentos), aeronáutica e a

¹⁰ Como explica Irene Cardoso (2005, p. 93), “os escritos sobre a geração de jovens dos anos de 1960 têm se caracterizado por apontar uma profunda mutação cultural produzida pelos diversos movimentos daquele momento, a ponto de se congelar em uma unidade imaginária, ‘geração anos 60’ ou ‘geração 68’ que constrói a identidade heroica de uma geração, cujo peso para as gerações posteriores tem sido considerável, senão desmedido”.

¹¹ “Muito do que sai no Brasil torna-se notável pela magia, pelo mistério, pela alegria; pouco pela competência [...] *competência* é uma palavra que define bem o modo americano de valorizar as coisas...” (VELOSO,

bioenergia por meio do pró-álcool. Tanto a indústria bélica quanto o desenvolvimento de processos tecnológicos visando à autonomia energética resultaram daquela estratégia geral militar: fortaleciam as estatais, algumas delas se transformando em exportadoras. A Petrobras é, inegavelmente, a empresa que exibe o perfil mais acabado, mas a ela podem se somar, dentre outras, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional etc.

As articulações políticas para consolidar o sistema nacional de C&T vão culminar em 1972 com a criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT). Pouco antes, em 1968 tinha sido decretada a Lei da Reforma Universitária (Lei 5.540/68)¹². Vale destacar as empresas estatais da época, pois elas desempenharão um papel importante na indução do progresso técnico endógeno. Paralelamente, há um esforço acentuado também para o desenvolvimento de uma política científica, por meio da ampliação dos investimentos nas universidades do País e da capacitação de recursos humanos (docentes e pesquisadores). Cabe destaque o Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED – em 1966, que sistematizou de forma direta uma política científica e tecnológica no País. Uma rápida olhada no seu conteúdo vai evidenciar o objetivo prioritário, qual seja, a retomada do processo de desenvolvimento, levando-se em conta o esgotamento do processo de substituição de importações. Começa-se a formular argumentos de “substituição de tecnologia”, entendida enquanto processo racional de adaptação da tecnologia importada e a gradual criação de um processo autônomo de avanço tecnológico. A criação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em 1967, somando-se à Capes, do Ministério da Educação (MEC), criada em 1951, e depois ao CNPq, vão constituir o braço institucional da política científica e tecnológica segundo a concepção do governo federal.

A Capes tinha como função a promoção da pós-graduação no País, com o intuito de viabilizar nossa pesquisa e o ensino de alto nível. Vista com o recuo do tempo, pode-se dizer que sua criação atendia ao Plano de Metas (1956-1961) e a necessidade enfatizada pelo próprio CNPq de um sistema de programação na concessão de bolsas e auxílios de modo a fornecer meios aos setores mais carentes da infra-estrutura técnica. Com a implantação do I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), a pesquisa começou a se desenvolver no País e o espírito científico passou a fazer parte da universidade. O resultado é que se hoje, embora haja ainda muito a se fazer em termos de pesquisa, o que há de melhor na produção científica do País está na universidade, mais especificamente nos cursos de pós-graduação¹³.

De forma resumida, podemos argumentar, portanto, que a uma estrutura econômica em franco processo de transformação e de modernização agregava-se a política universitária como

¹² Relatório do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto 62.937/68, Brasília, 1968, do Ministério da Educação.

¹³ Ver, por exemplo, Schwartzman (1999).

complemento. Inicia-se uma etapa nova de valorização da pesquisa na universidade vinculada à institucionalização da pós-graduação. O próprio MEC então explicitava que “a implantação sistemática de estudos pós-graduados é condição básica para transformar a universidade brasileira em centro criador de ciências, de cultura e de novas técnicas” (MEC, 1968). No entanto, constata-se no relatório uma maior atenção à tecnologia e a sua transferência para o setor produtivo, conforme se pode depreender da citação a seguir: “... incentivos fiscais com o fim de estimular a indústria a transferir para a própria universidade a criação de know-how por meio da pesquisa tecnológica” (SOBRAL, 1988). E toda a concepção da universidade brasileira que passa a ser regida também por princípios de cunho econômico, incluindo aí a pós-graduação, a carreira do pesquisador e mesmo do docente. Esta nova ótica do Estado sobre a universidade se dará, evidentemente, sob o impacto de inúmeras crises, envolvendo as instituições do Estado e a própria comunidade científica, em que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) passa a ser o grande fórum de expressão dos impasses então vivenciados: seus congressos anuais se transformam em verdadeiras tribunas de resistência.

Nesse contexto, desde o primeiro PNPG (1972-1975), é colocado como prioridade fundamental a qualificação do corpo docente universitário, a formação de pesquisadores universitários (centros geradores de ciência e tecnologia) e a preparação de profissionais de elevado nível em função da demanda do mercado de trabalho; os PNPGs subsequentes reforçam esta proposta que toma lugar de objetivo fundamental, tendo em vista que o Governo e a sociedade pretendiam a independência econômica, científica e tecnológica para o Brasil (SOBRAL, 1988, p. 39). O resultado foi que, num espaço de 11 anos, cresce em 25% o número de cursos de pós-graduação no País: entre mestrado e doutorado, dos 594 existentes em 1974, atinge-se 1.218 em 1985. As áreas que mais se destacaram neste aumento foram as Agrárias, com 291% no mestrado e 285% no doutorado, Saúde com 208% e 359%, respectivamente, e Humanas com aumento de 201% e 244%. As demais apresentaram em média um aumento de 150% no mesmo período. O número de bolsas cresce também bastante, tanto no País como no exterior. Estas últimas passam de 840 em 1976 para 1.779 em 1984. Particularmente a Capes no período de 1976 a 1984, a concessão de bolsas teve acréscimo da ordem de 139% no mestrado e 155% no doutorado para estudos no exterior¹⁴.

Nesse contexto de profundas inversões da política de pós-graduação na captação de docentes e pesquisadores, os países onde mais houve demandas por parte dos nossos bolsistas foram principalmente Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha,

¹⁴ Os quantitativos de bolsas concedidas no período foram extraídos de documentos da antiga SDC/CNPq e da própria Capes.

fazendo crescer de forma ampliada o número de pesquisadores brasileiros em ação nas nossas universidades.

PARTE QUATRO

A felicidade só existe ao preço de uma revolta. Nenhum de nós se satisfaz sem enfrentar um obstáculo, uma proibição, uma autoridade, uma lei que nos permita nos avaliar autônomos e livres. (KRISTEVA apud CARDOSO, 2005)

A produção científica e tecnológica é no mundo contemporâneo uma das alavancas da economia mundial e se transformou em questão estratégica para diferentes governos. A sociologia trata da questão como uma de suas áreas de interesse que mais vem evoluindo nestas últimas décadas. De fato, foi com o pioneiro Robert Merton que, na década de 1940, estudando a organização e a dinâmica das atividades científicas, formula idéias e conceitos que o elegeram como fundador dessa linha de pesquisa na sociologia. Barros (2005, p. 30) vai nos lembrar de que os estudos de Merton tiveram o mérito de focalizar basicamente o grupo formado por cientistas que, na sua visão, representava uma unidade de análise capaz, por si só, de viabilizar o conhecimento sobre o processo de produção do conhecimento. O argumento de Merton insistia na autonomia necessária ao cientista para levar à frente seu trabalho. Portanto, um certo distanciamento, seja do Estado seja do próprio setor produtivo, seria condição para o alcance de seus propósitos. Em outras palavras, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia obedeceria a uma dinâmica própria à ciência, devendo os cientistas estarem protegidos da interferência de fatores externos.

Se os argumentos “mertonianos” puderam servir de sustentação a uma série de estratégias da ciência e dos cientistas, o fato é que, com a globalização do mercado e com a revolução técnico-científica que vivenciamos nestas últimas décadas, tanto os Estados nacionais como as empresas se firmaram como agentes imprescindíveis à produção do conhecimento, tratado agora como elemento estratégico na geração de riquezas. A visão de Merton foi, portanto, se adaptando às novas realidades e, entre os autores que irão contribuir com argumentos inovadores no debate, poderíamos lembrar Thomas Kuhn (1997). Tratando a comunidade científica como portadora de um *ethos* conservador, Kuhn ressalta o zelo pelos seus paradigmas, de forma a garantir a sua adequada utilização e controlar o próprio avanço. Segundo o autor, a ciência, entre momentos de predomínio de um paradigma e sua superação por um novo, avançaria numa dinâmica cíclica, submetida a um controle rígido pela comunidade de cientistas, que lhes garantiria legitimidade.

Mesmo importantes no debate sobre a lógica social da produção da ciência e da tecnologia, os dois autores serão melhores compreendidos na complexidade de seus argumentos se incorporarmos os de Pierre Bourdieu e a aplicação de seu conceito de *campo* ao meio científico. Segundo o autor, a autonomização do trabalho intelectual nos conduz a crer na independência das idéias e das obras, no seu total desligamento das suas condições de produção. Entretanto, argumenta ele, as idéias aparentemente as mais abstratas, as mais universais – aquelas oriundas da reflexão filosófica, do trabalho científico, da criação artística – são profundamente tributárias de suas condições de produção¹⁵. Para Bourdieu, a sociologia da ciência baseia-se no postulado de que a verdade do produto – mesmo desse produto particular que é a verdade científica – reside numa espécie particular de condições sociais de produção, num estado determinado da estrutura e do funcionamento do campo científico. O *campo científico* – sistema de relações objetivas entre posições adquiridas em lutas anteriores – é o lugar e o espaço de uma luta concorrencial. O que está em luta são os monopólios da *autoridade científica* (capacidade técnica e poder social) e da *competência científica* (capacidade de falar e agir legitimamente, isto é, de maneira autorizada e com autoridade) que são socialmente outorgadas a um agente determinado.

Vejamos mais de perto essa problemática, pois a consideramos adequada para entendermos a política de Acordos Internacionais entre universidades e cientistas levados a cabo pelos Estados nacionais, particularmente o brasileiro. Renato Ortiz nos oferece elementos para pensarmos esse ângulo da questão. Esclarecendo o conceito de *campo* em uma nota de rodapé, Ortiz (2003, p. 110) insiste na importância de se ter de forma precisa o significado de *socialmente reconhecido*: “...o grupo que confere esse reconhecimento tende, cada vez mais, a reduzir-se ao conjunto dos cientistas (ou concorrentes) à medida que crescem os recursos científicos acumulados e, correlativamente, a autonomia do *campo*”.

Assim, retomando nossa discussão sobre a mundialização da produção do conhecimento, podemos deduzir do pensamento sociológico, para o nosso caso particular, que estamos inseridos numa rede de interesses que são, de um lado, dos cientistas e pesquisadores brasileiros, e de outro, do próprio Estado nacional, à procura de autonomia na produção do conhecimento científico como estratégia política. Poderemos considerar que o cientista interage com pares, independentemente de sua origem, desde que guardadas as regras impostas pelo *campo*. Ao mesmo tempo, tínhamos (e ainda temos) o cenário nacional marcado por profundas desigualdades regionais expressas também na capacidade instalada de gerar conhecimento: elevada concentração de infra-estrutura e de cérebros no eixo São

¹⁵ Dentre a extensa obra de Bourdieu, sugerimos as *Méditations pascaliennes* (1997) e/ou *Les usages sociaux de la science: pour une sociologie clinique du champ scientifique* (1997); e ainda *Science de la science et réflexivité* (2001).

Paulo–Rio de Janeiro em detrimento de Regiões tais como o Norte e o Nordeste. Ao mesmo tempo, a visão estratégica dos militares, na qual a segurança nacional ultrapassava a exclusiva defesa do território brasileiro, envolvia também a produção do conhecimento entendido como forte componente da lógica da autonomia desejada. Há que se insistir nesse aspecto, pois a *segurança nacional* na ótica do governo militar termina por enquadrar diferentes dimensões da vida nacional – inclusive a comunidade científica – numa lógica nacionalista que, apesar dos percalços, contribuiu para a consolidação do campo científico brasileiro. A particular relação de atração e repulsa identificada por Fernandes (1990) no seu estudo sobre a SBPC que caracterizaria a relação entre cientistas e governo no Brasil, não se restringe ao período militar, embora ali tivesse ganhado mais visibilidade.

Temos assim uma explicação possível sobre o forte apelo que os Acordos científicos levados a cabo pelo Estado sensibilizam a comunidade científica, mesmo se politicamente se observasse resistências ao modelo de governo militar. Evidentemente que se retomarmos a citação de Ortiz acima, poderemos entender por que a França é naquele momento um parceiro legítimo aos olhos de parte da comunidade acadêmica, pois na arena global se trataria de uma sociedade com forte tradição científica e, portanto, capaz de legitimar as pesquisas conjuntas, e a formação de recursos humanos de alto nível, além de gozar de imagem de sociedade democrática¹⁶.

Em 1978, implanta-se o Acordo Capes/Cofecub assinado entre o governo brasileiro e o governo francês com o objetivo de promover a integração de grupos de pesquisas universitárias entre os dois países. O Acordo prevê várias modalidades de ação, alcançando desde bolsas de plena duração, a bolsas-sanduiche, bolsas de pós-doutoramento, apoio a pesquisas conjuntas, publicações, participações em eventos científicos, enfim, praticamente todas as possibilidades de intercâmbio científico que porventura sejam necessárias entre grupos similares no Brasil e na França. Pensado segundo uma estrutura burocrática ágil, com elevado grau de descentralização, abre um leque de autonomia entre os participantes até então inédito na relação entre comunidade científica e esfera estatal de apoio à ciência e tecnologia.

Pensado inicialmente para responder a uma demanda reprimida por capacitação e pesquisa identificada nas Regiões Norte e Nordeste do País, o Acordo produz resultados altamente positivos e se espalha posteriormente para o conjunto das universidades em todas as Regiões. A candidatura de um determinado Programa à participação no Acordo pressupunha desde o início a articulação entre grupos de pesquisas em ambos os países que manifestassem interesse em atuarem juntos, o que propiciou uma estreita articulação de diferentes grupos das universidades de ambos os países, a maioria se

¹⁶ Não nos deteremos nos impasses gerados pelo sistema universitário francês *vis-à-vis* do brasileiro, especialmente no que se refere à concessão de títulos de doutor. A questão foi polêmica e tivemos aborrecimentos para fazer revalidar os títulos franceses segundo nosso padrão. Entretanto, isso não chegou a impedir a forte capacidade de atração que a ciência francesa exercia sobre nós brasileiros na época.

relacionando como *pares*, trabalhando conjuntamente em projetos de interesses comuns.

Recuperar a importância desse Acordo para as universidades brasileiras é um testemunho de necessidade e justiça. Especialmente para o caso do Nordeste brasileiro, em 1978, no primeiro ano de sua implantação, o Acordo enviou um primeiro grupo de professores para se doutorarem na França, oriundos de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Todos jovens, tendo ingressado na universidade recentemente, apenas com o grau de mestres; sentia-se já naquele momento a importância da titulação máxima; o horizonte para a pós-graduação apontava para uma cada vez maior autonomia, que levaria inevitavelmente à futura ampliação dos doutorados no País. Titular os mestres docentes era pré-requisito para a futura expansão da pós-graduação. Pernambuco, pela tradição acadêmica que gozava, e a Paraíba, pelo dinamismo e renovação do seu quadro docente promovidos pelo então reitor Lynaldo Cavalcanti, juntos com o Rio Grande do Norte eram prioritários à inserção nos quadros do Capes/Cofecub. Lembremos que o Nordeste na época, especialmente a Paraíba, era uma área secundária na academia brasileira, e tal como ocorre ainda hoje com a Região Norte, tinha dificuldades de constituir e/ou fixar um corpo docente universitário para consolidar as instituições na Região. Tendo sido nomeado Reitor da Universidade Federal da Paraíba, o professor Lynaldo, oriundo do Ministério da Educação, onde ocupava a vice-presidência da DAU (Diretoria de Assuntos Universitários), leva consigo um grupo de recém-mestres, muitos deles funcionários do MEC em Brasília, e os contrata como docentes. Quando é assinado o Capes/Cofecub ele é um dos que primeiro percebe a importância do ato e imediatamente articula o envio de seus docentes para se titularem na França.

Essa intuição estratégica coloca-o à frente dos demais reitores da Região, de tal forma que em pouco tempo revoluciona a imagem da Universidade da Paraíba. A sua sensibilidade pela importância da formação do corpo docente, na criação de uma massa crítica de pesquisadores de alto nível, numa universidade então secundária no cenário brasileiro, merece um estudo à parte. O fato é que depois de sua passagem pela Paraíba, aquela instituição adquiriu autonomia, sobretudo em relação a Pernambuco que até então concentrava o essencial da vida universitária na Região. O espírito inovador que implanta naquela instituição faz dele um “schumpeteriano” autêntico, numa cultura universitária até então marcada pelo conservadorismo das elites regionais.¹⁷

Cabe destaque à infra-estrutura colocada a serviço dos brasileiros que chegavam à França para passarem quatro anos (na época a modalidade bolsa-sanduíche ainda não era usual, e saía-se para longas estadias): incluía um curso de francês a que éramos obrigados

¹⁷ O professor Lynaldo, como era conhecido pelos membros da UFPB, ocupa o cargo de reitor daquela universidade entre 1976-1980, tendo sido nomeado presidente do CNPq na sequência, aí permanecendo por quatro anos.

a seguir. O curso intensivo de três meses permitiu um rápido domínio básico da língua, absolutamente indispensável para a seqüência dos estudos universitários. Permitiu também a integração entre nós brasileiros, pois éramos oriundos de diferentes universidades, muitos pisando pela primeira vez em solo estrangeiro. Gerou-se uma integração e uma camaradagem entre nós, muitas permanecendo até os dias atuais.

Tivemos a oportunidade de vivenciar o ambiente intelectual francês e tomamos conhecimento de uma cultura universitária que nos deixava completamente livres para organizarmos nosso tempo de trabalho segundo nossos próprios interesses. Isso era original para muitos dentre nós, acostumados às regras das instituições brasileiras, com a disponibilidade de nossos orientadores e com a nossa própria condição de docentes no nosso país de origem. Na França, ao contrário, éramos estrangeiros, ilustres desconhecidos, sendo obrigados a alterar radicalmente nosso cotidiano, pois muitos de nossos hábitos se chocavam com regras da sociedade local.

Esse “choque” de cultura foi fundamental para relativizarmos nossa posição frente ao mundo, e para nos conscientizarmos do significado mais profundo do trabalho acadêmico, ao qual todos daquela turma se dedicariam ao longo da vida profissional. Causava espécie entre nós, por exemplo, a dificuldade de encontrarmos com nossos orientadores, a necessidade de termos agenda prévia com larga antecedência, a crítica feroz as nossas indissociabilidades de classe média, acostumados a privilégios muitos inimagináveis numa sociedade mais democrática e igualitária. Muito dessa vivência é hoje transposta para nossa prática cotidiana em sala de aula, na relação com nossos estudantes, em nossa atividade de pesquisa.

Um outro aspecto que despertava curiosidade era o contato com brasileiros vivendo na França, vários deles exilados políticos. O contato com eles nos colocava face a face com figuras de certa forma míticas, que haviam povoado nossas imaginações por toda a juventude, durante a graduação e mesmo após ela. Ali, num país estrangeiro, sem os olhares da censura política, onde se discutia e se lia todos os temas e autores transformados em tabu pelo sistema militar, vivenciamos de forma sutil a desconstrução de mitos que, em função do clima político, haviam sido transformados em heróis. Ao mesmo tempo, víamos novas teses políticas sendo colocadas, o que nos soava, num primeiro momento, como verdadeiras heresias, face a um esquerdismo meio infantil que predominava em muitos de nós. Não se realizava com clareza o momento precioso que estávamos vivendo, no qual ruíam as utopias e os projetos de futuro. Novos movimentos sociais, tais como o feminismo, as minorias sexuais, a ecologia, enfim, um leque de preocupações da militância na França de então relativizava nossa posição no mundo e na política. Provincianos era o que éramos, e podíamos nos

proteger argumentando sobre a ditadura, a censura, a repressão que caracterizava o Brasil daquele período.

Ressaltamos esses aspectos, pois eles são evidências do significado do território na construção de nossas identidades. Estávamos quase todos os momentos entre brasileiros, mas não estávamos no Brasil. Essa sensação de desterritorialização, ao mesmo tempo em que nos angustiava, nos dava pistas para uma liberdade e autonomia que não era possível de vivenciar na terra de origem. Muitos se aventuraram por novos estilos de vida; a força do feminismo, por exemplo, fez balançar inúmeras relações matrimoniais estáveis, a liberdade sexual tão decantada na época, era ali vivida como regra. Vivendo no ambiente acadêmico francês, tínhamos quase que como desafio viver, em paralelo, a transgressão de valores estabelecidos, procurando e firmando novos limites. Com o recuo do tempo, somos tentados a afirmar que vivemos “68” dez anos após; de fato, questionávamos a sociedade brasileira, numa espécie de formação paralela na “escola da vida”¹⁸.

Durante nossa estadia no estrangeiro, a abertura política no Brasil vai paulatinamente se concretizando. A volta dos exilados, as greves dos metalúrgicos em São Paulo, a fundação de novos partidos políticos, nos levava a um país imaginado que nos parecia ideal. O efeito foi tornarmos definitivamente sem lugar, pois o desejo passou a ser o retorno a um país mítico que construíamos na imaginação, agora livre, onde poderíamos continuar nossas experiências. Talvez seja essa uma premissa necessária à atividade científica: a liberdade de pensar, a ética no agir.

PARTE CINCO

Reviver a experiência da estadia no estrangeiro, nos quadros de um Acordo acadêmico firmado entre dois Estados, em um momento particular da vida política do País e da vida pessoal de cada um dentre nós, não deixa de ser um exercício prazeroso por um lado, e nostálgico por outro.

O prazeroso pode ser reputado à percepção que se adquire de haver participado de um momento particular da nossa história recente numa condição privilegiada. Apoiados por um Estado que combatíamos ideologicamente, recebidos por uma sociedade que constituía no nosso imaginário um modelo de democracia e liberdade, a vivência cotidiana como estrangeiro nos trouxe consciência da relatividade do nosso lugar no mundo. O recuo de tempo nos mostra que estávamos inseridos num processo de construção e consolidação de um sistema moderno de produção científica e tecnológica no País, no qual participávamos sem clareza do significado da situação.

¹⁸ A referência a “68” diz respeito ao movimento estudantil que iniciando-se na França naquele ano, propagou-se em vários países do mundo (inclusive o Brasil) onde se levantaram questionamentos sobre diferentes dimensões da política e do cotidiano, no seio da juventude de então. Sugiro, dentre outros, o excelente texto de Irene Cardoso (2005) já citado anteriormente.

Vivíamos o dia-a-dia sem a consciência do nosso lugar na nova realidade em construção, e do papel que desempenharíamos no novo contexto.

Fizemos em páginas anteriores referência à importância que Merton dá à autonomia necessária ao cientista para levar à frente seu trabalho, e, portanto, certo distanciamento seja do Estado, seja da própria sociedade, facilitando o alcance de certos objetivos da pesquisa. Para os cientistas sociais, a desterritorialização é quase uma situação ideal, pois ela permite o estranhamento sobre a realidade de origem, vista agora sob o olhar do estrangeiro que a “coisifica”, tornando-a um real objeto de análise. Nesse sentido, a ação do Estado é de importância evidente, pois ele nos garante o vínculo com as origens, ao mesmo tempo em que nos legitima no país de destino. De fato, os brasileiros bolsistas no exterior gozam de privilégios face aos demais estudantes de outros países, justamente em razão do apoio dado pelas instituições de nosso sistema de ciência e tecnologia, especialmente a Capes e o CNPq. Procuramos evidenciar esta situação ao longo do texto.

Os programas de treinamento e formação de cientistas no estrangeiro hoje já são de outra natureza. O País conseguiu autonomia em várias áreas do conhecimento, e as modalidades de intercâmbio raramente oferecem doutorado pleno no estrangeiro. A modalidade de “bolsa-sanduíche” reflete esta situação: não rompe com o intercâmbio, mas garante às nossas instituições o essencial na formação de nossos cientistas. Certamente isso é resultado desse longo processo de investimento em recursos humanos no exterior que deu as condições para a montagem de um complexo sistema de pós-graduação no País cujas origens estão no Brasil dos anos 1960/1970. Aquela proposta do Acordo Capes/Cofecub de fazer interagir grupos de pesquisa, numa relação entre pares, hoje já se tornou realidade para inúmeros grupos em diferentes universidades do País. A hegemonia das instituições do Centro-Sul também hoje é vivida com menos trauma, tendo adquirido as demais universidades capacidade de se inter-relacionarem com seus pares em redes de pesquisa e de pesquisadores que se ampliam cada vez mais, tanto interna como externamente. Nossas associações nacionais que congregam pesquisadores do País todo mostram em seus encontros anuais a riqueza de uma produção acadêmica que cada vez mais se torna complexa e se sofisticada, dando claros sinais de um avanço permanente.

Se no início do século passado a modernidade tinha como modelo o padrão ditado pelo universo acadêmico no exterior, hoje nossa comunidade científica interage também nacionalmente de forma contínua, nesta difícil tarefa de construir um país do futuro,

num mundo sem utopias. E o mais salutar é que essas redes e esses intercâmbios cada vez mais se firmam sem a necessidade de um nacionalismo exacerbado, que termina por limitar as condições do fazer científico.

O sistema de ciência e tecnologia no País é hoje complexo e diversificado em sua atuação: os investimentos federais em C&T alcançaram 10 bilhões de reais em 2006, contra 6,5 bilhões de reais em 2002; até o final de 2006 terão sido titulados mais de 10 mil doutores. Hoje temos mais de 60 mil cientistas e engenheiros de alto nível realizando atividades de pesquisa científica e tecnológica com competitividade internacional. A execução orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico cresce ano a ano, devendo atingir 1,2 bilhões de reais em 2006, valor 35 vezes maior que o montante investido em 2002 (REZENDE, 2006). Este esforço do Estado nestas últimas décadas vem sendo acompanhado por um rigoroso sistema de avaliação dos nossos programas de pós-graduação capitaneado pela Capes, o qual vai de forma gradual incorporando uma cultura meritocrática nas nossas instituições trazendo estímulos para a consolidação das diferentes áreas do conhecimento no País. O lançamento de Editais para responder a demandas por conhecimento tanto pelo CNPq como pela Finep democratizam o acesso aos recursos pelas diferentes universidades e pelos grupos de pesquisa no País, vários atuando em redes nacionais e internacionais.

Finalmente, cabe destaque a necessidade de sensibilizar as empresas para a inovação tecnológica, condição essencial para o desenvolvimento de processos e produtos inovadores capazes de disputar o mercado global. O modelo asiático que, nas últimas décadas, transformou suas economias, antes pobres e tecnologicamente atrasadas, em economias dinâmicas e relativamente modernas, continua sendo referência. Não há mágica nesse modelo, todos – China, Coréia do Sul, Cingapura – tiveram em comum forte estímulo do Estado e adesão do setor produtivo à cultura da inovação. O Acordo Capes/Cofecub permanece como um modelo de interação científica entre países, valorizado pela sua operacionalidade, baixo nível de burocratização, agilidade nos processos decisórios e autonomia das equipes científicas conveniadas.

Recebido em 4/10/2006
Aprovado em 27/11/2006

Referência

ALBIGALI, Sarita. *Ciência e Estado no Brasil Moderno: um estudo sobre o CNPq*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1988.

BARROS, Fernando A. Ferreira. *A tendência concentradora da produção do conhecimento no mundo contemporâneo*. Brasília: Paralelo 15/ABIPT, 2005.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1986.

CARDOSO, Irene. A geração dos anos de 1960. *Revista Tempo Social*, São Paulo, nov. 2005.

_____. *Ciência, Tecnologia e Poder: Os Impasses Sociais na Pesquisa*. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia, 1988, UnB, mimeo.

EL PENSAMIENTO de la Cepal. Santiago, Chile: Editorial Universitária, 1969.

FERNANDES, Ana M. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: Edunb/CNPq/Anpocs, 1990.

FERREIRA, Marie-Jo. *Testemunho da presença intelectual brasileira na França: a Revue du Monde Latin e o Brasil (1883-1893)*.

JAMESON, Fredric. Retificação e utopia na cultura de massa. Crítica Marxista, *Brasiliense*, v. 1, n. 1, São Paulo, 1994.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – Secretaria de Educação Superior – Reforma Universitária – Relatório do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto 62.937/68, Brasília, 1968.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(l)igião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ORTIZ, Renato (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho D'Água, 2003.

REZENDE, Machado. Inovação Tecnológica: um salto à frente. *Folha de S. Paulo*, 3 dez. 2006.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60? In: BASTOS, E. R. et al. (Orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 197-212.

SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil 1500-1627*. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

SCHWARTZMAN, J. Questões de financiamento nas universidades brasileiras. *Estudos e Debates*, Brasília, CRUB, n. 20, mar. 1999.

SILVEIRA, Sirlei. *O Brasil de Mário de Andrade*. Campo Grande, MS: EUFMS, 1999.

SOBRAL, Fernanda A. *Ciência, Tecnologia e Poder: Os Impasses Sociais na Pesquisa*. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia, 1988, UnB, mimeo.

VELOSO, Caetano. Carmem Miranda dada. In: FERRAZ, Eucanaã (Org.). *O Mundo não é chato*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.